

O atendimento da demanda por creches previsto no PNE em São Paulo*

Francisco José Carbonari

Em 2020, o Estado de São Paulo deverá oferecer mais de um milhão de vagas em creches para atingir os 50% previstos na primeira meta do Plano Nacional de Educação – 1.122.298 vagas, exatamente. Considerando a oferta atual de 837.453 vagas, em 2012, serão necessárias mais 284.845 vagas para o Estado atingir a meta prevista no plano. Destas, 41,4% deverão ser oferecidas nos 21 municípios com mais de 300 mil habitantes, e 22,4% nos 518 municípios com menos de 50 mil habitantes. Isto é factível?

Estes dados constam de pesquisa realizada recentemente pela Fundação Seade para subsidiar a criação de políticas públicas para a educação infantil paulista, analisando as possibilidades de atendimento das metas propostas no Plano Nacional de Educação. O trabalho focou os desafios que o Estado de São Paulo deverá enfrentar para o cumprimento da meta de atendimento em creches, com a projeção de vagas e de profissionais necessários para isso.

A pesquisa utilizou dados do Censo Escolar – MEC/INEP de 2012, estimando o mínimo de vagas necessárias para o Estado de São Paulo, com base nas projeções populacionais calculadas pela própria Fundação Seade, e na projeção do crescimento da oferta, caso sejam mantidos os índices de crescimento ocorrido no período de 2009 a 2012.

Nesse contexto, o resultado obtido é positivo: São Paulo atingiria a meta do PNE para o Estado com relativa folga. Seriam 1.598.344 vagas criadas, contra as 1.122.298 necessárias para chegar aos 50% propostos – um crédito de 476.046 vagas, portanto.

Embora os números sejam bastante razoáveis para o Estado e não projetem dificuldades no atendimento da meta, algumas questões merecem atenção. A primeira trata dos recursos necessários para manter o mesmo nível de crescimento ocorrido entre 2009 e 2012. O aumento da oferta nesse período foi muito grande e a manutenção desse ritmo de crescimento não é simples, exigindo recursos que os municípios não terão disponíveis sem o auxílio da União e do Estado.

Outra se refere à distribuição das vagas entre os 645 municípios. Da mesma forma que acontece com o Brasil, essa oferta nos municípios paulistas não é homogênea: na projeção simulada, 418 municípios atingirão a meta, enquanto 227 estarão abaixo dela. É necessário monitorar a oferta em todos os municípios e ter uma política de apoio aos que se encontram em maiores dificuldades. Já sabemos quais são.

Finalmente é preciso considerar nas discussões, a evolução da demanda, que poderá superar os 50% do universo previsto no plano, gerando outro problema. Muitos municípios paulistas já estão muito próximos de atingir a meta de 50% e com uma lista de espera que, se atendida, já ultrapassaria os 50% previstos no PNE. Isto significa que o atendimento da meta não será suficiente. Um problema tão importante que certamente chegará ao sistema de justiça e que já está batendo à porta das prefeituras paulistas.

As questões apresentadas referem-se ao atendimento da meta e eventualmente da demanda. Qualidade, formação docente, organização dos espaços, aspectos igualmente importantes, também deverão ser tratados.

De qualquer forma, no momento em que o Plano Nacional de Educação está próximo de ser votado, trabalhos como este realizado pela Fundação Seade são essenciais, na medida em que permitem a criação de cenários para termos clareza da situação atual e construirmos um planejamento adequado para atender as demandas futuras. Como é justamente este nosso objetivo, ainda voltaremos a falar sobre outros dados apresentados na pesquisa.

*** Artigo publicado no Observatório do Plano Nacional de Educação**